

GÊNERO E PODER NO ÂMBITO DA CHEFIA FEMININA: UMA PROPOSTA TEÓRICA DE ANÁLISE

Mary Alves Mendes*

Introdução

Os estudos feministas vêm apontando, ao longo da sua história, a trajetória e participação feminina na esfera pública como indicativo de desigualdades de gênero, mas também de autonomia e emancipação feminina. Sabe-se que o crescimento dessa participação no que se refere à educação, política ou trabalho, foi responsável por mudanças sociais significativas, sobretudo, no que diz respeito ao mercado de trabalho, a sexualidade e a família¹.

Pode-se dizer que tais mudanças são, em geral, reflexos das lutas e reivindicações das mulheres pela igualdade de direitos, fato que se tornou legitimado não só através do

Movimento Feminista (Hobsbawn, 1995; Castells, 1999; Scott, 1991), mas da própria Teoria Feminista, que sob a denominação inicial “estudos de mulheres” e posteriormente “estudos de gênero”, proporcionou-lhes visibilidade, denunciou as condições de desigualdades, rejeitou a explicação de subordinação via determinismo biológico e atestou as diferenças e desigualdades como construção social (Beauvoir, 1980; Rubin, 1989; Scott, 1989; Rosaldo, 1994; Fonseca, 1996; Piscitelli, 1998).

Embora a participação feminina na esfera pública, especificamente aquela relativa

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e pesquisadora do Núcleo de Estudos Família, Gênero e Sexualidade - FAGES, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE.

ao trabalho, represente autonomia e emancipação, principalmente, se comparada a uma época em que as mulheres eram prioritariamente "donas de casa", a questão quando vista em seus pormenores apresenta outros elementos explicativos dessa participação, a exemplo das desigualdades de gênero e desigualdades sociais, como foi observado com as mulheres chefes de família residentes nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS², objeto de análise desse estudo.

As pesquisas na área revelam que grande parte das mulheres brasileiras chefes de domicílios são pobres, o que pode indicar que o ingresso ao trabalho pode estar relacionado às condições de pobreza e sobrevivência familiar. Mostram também que a situação delas como trabalhadoras se inscreve num quadro de precarização, baixos níveis de escolaridade e sobrecarga de trabalho (Abramo, 2000, Hirata, 2001; Antunes, 2001; Strey, 1997, Berquó, 2002), o que pode indicar não só a presença de desigualdades de gênero, mas desigualdades sociais.

A situação de precarização dessas mulheres em relação ao mercado de trabalho está associada às suas próprias origens e trajetórias de vida, marcadas pela condição de pobreza que, conseqüentemente, instaura-lhes baixos níveis de escolaridade e qualificação diminuindo, assim, as oportunidades de adquirirem bons empregos e salários, principalmente, diante das novas exigências do atual mercado que requer indispensavelmente um aumento do nível educacional do trabalhador (Pochmann, 2001). Educação que vai não só lhes favorecer melhores ocupações e condições de trabalho, mas melhores níveis de conscientização da sua condição feminina, tornando-as mais livres e autônomas em suas escolhas, negociações e recusas.

Inseridas num contexto de precarização do trabalho e precariedade de vida, as chefes de família de camadas pobres, principalmente aquelas que assumem sozinhas a provisão econômica dos seus domicílios, tem

condições de vida, em geral, piores do que aquelas trabalhadoras, na mesma camada social, que não são chefes de família, considerando que os efeitos dessa precarização e precariedade são acentuados, implicando em rendimentos mais reduzidos e destinados integralmente à manutenção familiar com pouco ou nenhum usufruto para si próprias e inviabilidade de auto investimento em estudo e qualificação devido às parcas condições financeiras e sobrecarga de trabalho.

Um perfil socioeconômico das mulheres provedoras ajuda a esclarecer melhor o que os estudos estão mostrando sobre essa condição feminina. Na América Latina, o percentual das famílias chefiadas por mulheres oscila entre 25 e 35%. Em se tratando da sociedade brasileira essas famílias representam 24,9% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2002). O nordeste é a região brasileira que apresenta a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres, com 25,9%, acompanhado da região sudeste com 25,6%. Pernambuco detém o quarto lugar em termos de Nordeste e Recife se destaca como a terceira cidade brasileira com a maior proporção de domicílios cujos responsáveis são mulheres (37,4%)³. As chefias femininas crescem no país como um todo, constitui-se como um fenômeno tipicamente urbano⁴, sendo a maioria do tipo monoparental⁵, destacando-se as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade (Berquó, 2002).

Apesar da situação educacional das mulheres responsáveis pelos domicílios ter apresentado melhorias no decorrer do período de 1991/2000, com o declínio nas taxas de analfabetismo (de 31,3% em 1991 passou para 20,5% em 2000) e aumento regular da escolaridade em todas as faixas etárias (a proporção de alfabetizadas passou de 80,6% em 1991 para 87,5% em 2000), se verifica que o contingente de mulheres responsáveis pelos domicílios no nordeste brasileiro apresenta os piores indicadores

Gênero e Poder
 no Âmbito da
 Chefia Feminina:
 Uma Proposta
 Teórica de Análise

Mary Alves
 Mendes

educacionais, evidência das desigualdades regionais no país (IBGE, 2002)⁶.

Essas desigualdades ainda podem ser vistas no tocante aos rendimentos femininos. O nordeste possui o mais baixo índice entre as regiões, pouco mais da metade do rendimento médio da região sudeste. As capitais do nordeste também possuem rendimentos médios mensais inferiores às capitais do Sul e Sudeste. Além das desigualdades regionais entre os rendimentos há as desigualdades nacionais de rendimentos entre os gêneros. Em geral, as mulheres responsáveis pelos domicílios no país continuam com os rendimentos inferiores aos dos homens na mesma situação, correspondendo a 71,5% do valor destes (IBGE, 2002)⁷.

Por outro lado, afirmar que a chefia feminina inclui aspectos que remete a desigualdades, seja de caráter mais específico (gênero) ou geral (sociais), como foi visto, não implica negar a presença de elementos relativos à autonomia e poder feminino, pois mesmo sob condições desiguais, tanto no que se refere às relações de gênero e condições de pobreza, essas mulheres não estão alheias à sua condição de sujeitos, que têm vontades, percepções e reivindicações e que constitui, dentro dos limites de restrições, suas escolhas, decisões e mudanças que são efetivadas através das práticas e estratégias cotidianas na esfera doméstica. Em outros termos, se pode abstrair que essa proposição de análise traz embutida, simultaneamente, a questão do poder na sua forma positiva, gerando autonomia, e na sua forma negativa, gerando desigualdades.

Na forma "positiva", trata-se de uma espécie de empoderamento feminino⁸ no que se refere às relações de gênero na esfera doméstica, o que implica falar de mudanças nas práticas cotidianas, sejam relacionadas a um maior poder de decisão e autonomia na família ou à inversão de papéis no que se refere à provisão econômica da família (Léon, 2000; Foucault, 1995a). Na forma "negativa", trata-se dos aspectos desiguais

e hierárquicos da divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as funções relativas ao trabalho doméstico⁹; da precarização do trabalho, no que se refere à informalidade e baixos salários e da vulnerabilidade socioeconômica, relacionada às condições de pobreza (Hirata, 2001; Hirata & Kergoat 2003; Sen, 2000, 2001; Antunes, 2001).

Entendendo que a questão em foco engloba, concomitantemente, as categorias poder feminino (autonomia, poder de decisão), desigualdades de gênero (divisão sexual do trabalho) e desigualdades sociais (pobreza e precarização do trabalho), discutir-se-á uma proposta teórica de análise visando a construção de uma matriz explicativa de interlocução entre teoria feminista e teoria social.

Toma-se como referência feminista *gênero* como categoria analítica, entendendo-o como construção social e campo de significação das relações de poder (Scott, 1989) que se constitui tanto pelos dispositivos incorporados pelo "habitus", via socialização, através da linguagem, corpo, símbolos e práticas sociais, gerando estruturas de dominação e desigualdades de gênero (Bourdieu, 2002a), como pelas relações de poder que se dão em nível dos indivíduos, via estratégias e táticas cotidianas, operando de forma fluída, em níveis diferenciados e não unilaterais gerando formas positivas de poder e micro mudanças na esfera doméstica (Foucault, 1995, 1995a).

Concebendo a questão dentro da lógica que valida tanto os sujeitos quanto o contexto social em que estes estão inseridos, a base central de investigação priorizará o aspecto relacional presente tanto no referencial de gênero quanto na teoria sociológica, o que indica não só pensar a inter-relação entre os indivíduos, mas entre estes e as estruturas sociais constituindo-se, à maneira de Floya Anthias (1998), parâmetros de diferenciação que estão relacionados e se apresentam como produto social e cultural, estabelecidos num contexto e práticas específicas, produzindo estruturas e processos sociais ao tempo que são por eles produzidos.

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

Na teoria sociológica, o aspecto relacional se apresenta nas propostas de síntese de teóricos como Giddens, Habermas e Bourdieu, para citar os mais expressivos. Ambos objetivavam a superação dualista entre objetivismo e subjetivismo¹⁰. Mesmo reconhecendo o valor conceitual e explicativo das categorias utilizadas por Giddens e Habermas, o presente estudo optou pela discussão da proposta teórica de Bourdieu (1997; 1994) devido à melhor adaptação dos seus elementos conceituais à explicação dos pressupostos levantados para a questão em análise o que não significa desconhecer as lacunas nela existente admitindo-se, por exemplo, os seus limites no tocante à explicação das mudanças nas relações de gênero, o que requer a intermediação com a perspectiva teórica de Foucault (1997, 1995), mais especificamente em relação a sua concepção microfísica e positiva de poder. Nesse sentido, concorda-se com Giddens (2003), quando revela que se as idéias são importantes e esclarecedoras, muito mais importante que a sua origem é delineá-las de modo a demonstrar a sua utilidade, ainda que seja num quadro de referência inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrâ-las e, ainda, com Harding (1993) quando sugere que se deve aceitar a instabilidade das categorias analíticas e usá-las como recurso de pensamento e prática.

Teoria Feminista e Teoria Social na explicação de gênero

As categorias, aqui, levantadas para analisar a chefia feminina, leiam-se desigualdades de gênero e poder feminino, são elas próprias, fundantes do feminismo, seja como um conjunto de ideologias políticas de denúncia, ou como uma variedade de enfoques teóricos¹¹ que alcançou maior sistematicidade e mobilidade no século XX, legitimando-se academicamente nos anos 80 (Lengermann & Niebrugge-Brantley;1993).

Esses estudos caracterizam-se, também, por suas críticas aos pilares mais tradicionais das ciências sociais, opondo-se, sobretudo, à idéia de um sujeito cartesiano e universal. Porém em relação a sua própria natureza epistemológica, há discussões no sentido de que exista uma ciência feminista cuja episteme teria surgido da experiência das mulheres e englobaria elementos de outras ciências humanas ou se trataria de um enfoque teórico inscrito nas ciências humanas, podendo falar-se, por exemplo, em uma sociologia feminista (Gomáriz, 1992; Harding, 1990).

Num breve passeio pela sociologia clássica se pode observar que não só as questões relativas às discriminações e desigualdades de gênero, mas aquelas relacionadas a empoderamento feminino não costumavam ser contempladas pelos teóricos, a exemplo, de Spencer, Weber, Durkheim e Parsons, cujas perspectivas teóricas não incluía a mulher como categoria central de análise, esta quando aparecia em meio aos seus escritos era descrita de forma mais conservadora ou mesmo acrítica. Parsons (1954), por exemplo, afirmava que a estabilidade e eficácia da família estavam associadas à divisão sexual do trabalho, cujo papel dos homens era expressar ações de mando, ambição e autocontrole e das mulheres era cuidar dos filhos e maridos, serem gentis, amáveis e afetivamente abertas. Porém, diferente de Parsons, e ainda na sociologia clássica, Engels (2000), pela via marxista, analisou as desigualdades de gênero de forma mais crítica, mas, ainda, assim não o fez visando uma política efetiva de gênero, essas foram analisadas como explicação das relações capitalistas de classes. A subordinação feminina nessa visão teórica estava associada a fatores econômicos, advindos da emergência da propriedade privada que teve os homens como proprietários da produção, gerando, assim, uma relação de dominação (Miguel, 1995; Haraway, 1991).

Ao contrário dos teóricos clássicos, as feministas utilizaram-se da teoria sociológica

Gênero e Poder no Âmbito da Chefia Feminina: Uma Proposta Teórica de Análise

Mary Alves Mendes

clássica para explicar a subordinação feminina, a exemplo das teóricas do patriarcado, que utilizando a noção de "dominação patriarcal" em Weber e associando-a a categoria "dominação legítima" mostraram que essa subordinação estava associada à necessidade masculina de dominar, localizada no campo da reprodução e sexualidade. A limitação dessa perspectiva está no fato de basear-se unicamente na diferença física, pressupondo significados permanentes para o corpo e também para as desigualdades. Há, ainda, as teóricas marxistas, que acoplando os conceitos de Marx ao feminismo explicaram essa subordinação relacionando-as à economia capitalista, na sua forma de operar a divisão social do trabalho. Nessa visão, o gênero implicava a idéia de causalidade econômica, um subproduto de estruturas econômicas¹² o que, de certa forma, torna a análise determinista, impedindo a consideração de outras dimensões (Scott, 1989).

Como se pode ver o processo de desnaturalização e historicização da subordinação feminina deu-se inicialmente (década de 60), através da busca das suas origens históricas explicadas pela via do patriarcado e do capitalismo, no entanto, tais abordagens se mostraram frágeis, no que se refere ao propósito de desnaturalização, visto que suas explicações, de caráter mais descritivo e causal, não se detinham especificamente no significado de tal subordinação (Simião, 2002). As críticas a esses estudos (década de 80) evidenciaram que a categoria *mulher* era insuficiente para explicar a complexidade das relações e representações socioculturais que envolviam a questão da subordinação e explicação das "mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres" (Simião, 2002:19). Nesse contexto de críticas apareceu a categoria analítica *gênero*¹³, defendendo que as diferenças baseadas no sexo eram construções sociais, culturais e históricas, constituídas em contextos específicos, questionando, assim, o seu sentido universal e generalizado (Scott, 2002, 1989; Fonseca, 1996).

Essa perspectiva rejeitou a dicotomização das esferas masculino e feminino para entendê-las na sua interdependência (informações sobre mulheres eram informações sobre homens) e na interdependência com outras categorias (raça, classe, etnia, religião). Buscando a inter-relação entre a dimensão individual (identidade de gênero) e social (culturas de gênero), a categoria gênero passou a se constituir como matriz de superação de outras abordagens explicativas existentes, até então, a exemplo do patriarcado (Almeida, 1997; Gomáriz, 1992). Para Rago (1996), essa abordagem resultou numa mudança não apenas de objeto de estudo, mas de campo epistemológico. Através do gênero se pôde falar das relações sociais entre os sexos, num alcance mais amplo de explicação que inclui os sistemas de parentesco, a esfera doméstica, o mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho e os espaços de poder (Scott, 1989; De Barbieri, 1992).

Também influenciou a mudança de perfil nas análises dos estudos sobre trabalho. A preeminência no econômico, pela via marxista, cedeu lugar ao conceito de "sujeito sexuado", incluso numa rede de relações intersubjetivas (Hirata, 2002; Bilac, 1994). Mostrou que o trabalho tem sexo e se manifesta diferentemente para homens e mulheres, no que diz respeito ao acesso a atividades, condições exercidas, remunerações e reivindicações. Contribuiu para evidenciar que grande parte das mulheres estão em formas precarizadas de trabalho e em atividades tradicionalmente consideradas "femininas", como também fez emergir o conceito de divisão sexual do trabalho como uma luta das relações sociais de sexo, considerando, assim, o caráter multidimensional do trabalho¹⁴.

Em relação aos estudos de família permitiu repensar e avaliar a participação de homens e mulheres na reprodução, o modo como são construídas e reproduzidas a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica e a subordinação feminina, mostrando que a sua suposta "naturalidade" é uma construção

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

social e cultural, onde a ocultação do valor do trabalho doméstico não obedece a uma lógica exclusivamente econômica, remete, também, a mecanismos de poder, inscrito e legitimado nas práticas cotidianas das relações de gênero (Bilac, 1994).

A partir da expansão da referida abordagem no meio acadêmico se pôde observar um interesse e crescimento cada vez maior dos estudiosos das mais diversas áreas disciplinares no que se refere a discussão de gênero, seja revelando as mudanças ocorridas na família e na sexualidade¹⁵, associando as questões relativas a gênero ao processo de globalização¹⁶, avaliando a participação feminina no mercado de trabalho¹⁷ e movimentos sociais¹⁸ ou, ainda, evidenciando o crescimento da chefia domiciliar feminina¹⁹.

A escolha da categoria gênero para a análise desse estudo está associada aos seus próprios fundamentos que se referem aos aspectos relativos à construção social, historicização e relacionalidade, tornando-se pertinentes no sentido de saber que as experiências e os significados das práticas e valores das mulheres chefes de família são constituídos no e pelo social, assim como também o constituem; são relações historicizadas porque não representam um modelo universal, homogêneo e aplicável a todas as mulheres e em todos os lugares; e são construídas relacionalmente porque informam e representam a si próprias (feminino) na interdependência com o outro (masculino ou feminino) e com outras dimensões (classe, raça, etnia, religião, etc), remetendo, assim, a uma análise das relações sociais de sexo.

Dentro dos fundamentos de gênero, aclarados acima, a concepção adotada é a de Joan Scott (1989) pela abrangência que a mesma proporciona à análise da questão em foco, visto considerar, simultaneamente, os elementos subjetivos, estruturais e simbólicos que estão incrustados nas relações sociais de gênero. Nessa visão teórica, as desigualdades entre os sexos não

se referem apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, rituais e tudo que constitui as relações sociais (Scott, 1998).

Nesse sentido, o significado das práticas sociais deve ser buscado tanto no sujeito quanto na estrutura social, procurando articular a natureza das suas inter-relações, visto que ambos são de fundamental importância para se compreender o funcionamento e as mudanças ocorridas nas relações de gênero (Scott, 1989). O gênero compreende, assim, o estudo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e as relações de poder nelas incrustadas. Diz, também, respeito a um conjunto de referências que estrutura a percepção e a organização simbólica da vida social (Scott, 1991) e faz parte de uma divisão de mundo inscrita na divisão sexual do trabalho, na procriação e reprodução. As relações sociais de gênero desenvolvidas a partir da relação entre os sujeitos e as estruturas que as orientam, sejam elas econômicas, culturais ou simbólicas, apresentadas por Scott (1989) e denominada de aspecto relacional, apresenta-se, também, na teoria de Bourdieu (1998; 1994) com a qual se faz uma interlocução visando uma explicação das relações de gênero, do objeto de estudo, em foco, e do contexto social em que essas estão inseridas.

Teoria da prática e do poder na compreensão das relações de gênero

O gênero, na ótica bourdieusiana, é uma dimensão constitutiva do "habitus", que enquanto dispositivos incorporados são responsáveis pela produção e reprodução das práticas e experiências de homens e mulheres. Adquirido pelo pensamento e corpo o habitus é um sistema de "disposições duráveis" resultantes dos processos de aprendizados dos agentes junto às estruturas sociais. São incorporações adquiridas nos espaços sociais, constituindo

Gênero e Poder no Âmbito da Chefia Feminina: Uma Proposta Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

percepções, ações e comportamentos que, por sua vez, vão indicar as condutas de permanência e ou mudança das estruturas (Bourdieu, 1998, 1997, 1994).

Através do habitus, que se constitui numa espécie de memória social, o passado é (re) significado nas práticas presentes. No entanto, a interiorização da exterioridade que se dá por meio do referido habitus, acontece independente da vontade dos indivíduos, de forma inconsciente, visto que esses não detêm a significação da pluralidade de seus comportamentos e ações e nem dos princípios que os originam. Por outro lado, o teórico afirma que o habitus possibilita a criação de novas condutas o que não significa, porém, falar de condutas inteiramente desvinculadas das antigas, mas sim de improvisações num contexto de regras já estabelecidas, o que implica dizer que o indivíduo tem liberdade, mas essa é limitada, trata-se mais de um ajustamento das práticas às contingências (Martins, 2002).

Segundo Bourdieu, ao participarem de condições objetivas similares um grupo social homogeneiza suas práticas e produz uma espécie de solidariedade. Trazendo o caso para as mulheres em discussão, depreende-se que o contexto de inserção e convivência dessas, um contexto de pobreza, constitui-se ele próprio num habitus de grupo onde se evidenciam práticas cotidianas semelhantes e um forte vínculo de cooperação que se estabelece entre indivíduos que se sentem e se sabem iguais na socialização, regras, costumes e modo de vida.

Todavia, há que se ter cautela com essa assertiva que deve ser encarada mais no sentido de uma tendência e menos como algo determinado e fixo, considerando que embora as práticas estejam condicionadas por estruturas objetivas, o indivíduo pode subverter a ordem estabelecida produzindo práticas diferenciadas em relação àquelas do grupo e contexto de convivência diária o que, conseqüentemente, vai gerar um estranhamento àquele que discorda do fazer e ser do grupo, a exemplo das práticas de

algumas mulheres que procedem e se dizem diferentes das outras da sua comunidade e vizinhança, sendo por isso discriminadas e afastadas do grupo mais restrito de amizade e conversas cotidianas. Porém, observou-se que o fato de se sentirem constrangidas não as impedem dessas práticas que se acredita não se constituir em mera reprodução socializada dos condicionamentos objetivos, mas como mudanças de habitus.

No tocante à reprodução desses condicionamentos Bourdieu vai dizer que o habitus utiliza-se da "hexis corporal", posturas corporais interiorizadas inconscientemente no cotidiano (modo de se comportar, falar, andar, sentir) que acabam produzindo socialmente uma corporeidade masculina e feminina, vividas e percebidas como naturais (Bourdieu, 1997). Ao ajustar as subjetividades dos indivíduos às condições objetivas, o habitus faz a interface entre o social e o individual (Martins, 2002; Ortiz, 1994). O processo de estruturação dessa categoria que se dá através dos campos (família, escola, igreja, estado), que, por sua vez, modelam as disposições conforme a posição ocupada pelos indivíduos neles, é um aspecto importante para se compreender como se constituem as relações de gênero. Nessas instituições sociais os indivíduos desenvolvem, a partir de uma dimensão inconsciente, as suas práticas, pensamentos e percepções. É onde homens e mulheres incorporam valores e práticas que são atribuídos ao universo masculino e feminino e estabelecem as desigualdades e hierarquias de gênero, mas também é onde ocorrem as mudanças nas relações de gênero, embora essas apareçam de forma frágil diante do estado de permanência das estruturas de dominação na concepção teórica de Bourdieu (2002a; 2002).

A família, em particular, como instituição socializadora e espaço social onde as posições dos agentes se encontram de antemão fixadas ou socialmente pré-determinadas (pai, mãe, filhos) é onde se manifestam as relações de poder que, geralmente, são estruturadas de forma desigual e, ao modo de Bourdieu, a partir de dois pólos, um dominante (ortodoxo) e outro

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

dominado (heterodoxo), onde o dominante não se assume como tal e nem o dominado se reconhece nessa condição devido à eficácia simbólica das estruturas de dominação que tendem a naturalizar suas práticas, tomando os que estão sob o seu jugo prisioneiros sem se sentirem e sem se saberem prisioneiros (Bourdieu, 1998; 2002a).

A noção de "dominação simbólica" ou "violência simbólica", desenvolvida por esse estudioso é importante e traz à tona uma forma invisível da violência cotidiana, dimensão presente nas relações de gênero. No entanto, devido ao fato do mundo social não funcionar em termos de consciência, mas em termos de práticas e mecanismos, Bourdieu acaba justificando o uso da *doxa* como um processo de aceitação inconsciente das coisas por parte dos indivíduos ressaltando que isso não significa dizer que os dominados tolerem tudo, mas que se adaptam muito mais do que se acredita e em muito mais do que sabem.

Uma amostra dessa assertiva seria pensar nas condições de vida extremamente precárias vivida pelas chefes de família em relação ao que suportam como condição de vida. Quanto mais aceitam inconscientemente a sua própria exclusão, mas parecem naturalizá-la, a exemplo de quando dizem que "a vida do pobre é assim mesmo, a gente já tá acostumado a sofrer" ou ainda quando afirmam que "o destino do pobre é sofrer mesmo, é uma sina que só Deus tira"²⁰. Estabelece-se, assim, uma conformação sobre as condições de pobreza vivida que, na maioria das vezes, é considerada como parte inerente à sua própria existência e creditada como destino sagrado e elo de aproximação com Deus (Bourdieu, 2002b).

Ainda sobre as atitudes e comportamentos orientados pela *doxa* Bourdieu (2002) afirma que a manipulação inconsciente do corpo é adquirida através da educação corporal e da socialização diferenciada para homens e mulheres onde são produzidas as diferenças e desigualdades de gênero. Essas se estabelecem através de

oposições e divisões que organizam o mundo social e se apresentam em estado objetivado e incorporado nos corpos e habitus, atuando como esquemas de percepção, pensamento e ação, aonde a ordem masculina se manifesta sem necessidade de justificação. Em outros termos, a construção da feminilidade e masculinidade se inscreve através dos corpos, linguagem e atitudes (vestuário, maneiras de falar, andar, se comportar, dirigir o olhar, sentar-se), coisas que estão abaixo do nível da consciência e que por isso dificulta-lhe o trabalho de emancipação (Bourdieu, 2001; Bourdieu & Egleton, 1996).

Sendo assim, a dominação masculina, para Bourdieu, faz parte de um processo que se eterniza respaldado pela dimensão simbólica que naturaliza o que é socialmente construído, fazendo com que a visão androcêntrica do mundo sobreviva às mudanças históricas das atividades produtivas e da divisão do trabalho, devido ao trabalho histórico de eternização que, segundo o teórico, (re)cria intermitentemente as estruturas objetivas e subjetivas de dominação, perpetuadas e alimentadas, principalmente, pelas instituições socializadoras no decorrer da vida dos indivíduos.

Embora reconheça a presença de fatores de mudança na condição feminina, a exemplo do acesso à educação e o ingresso e participação no mercado de trabalho, Bourdieu (2002a) afirma que esses obedecem sempre à lógica do modelo tradicional que remete à dominação masculina, visto que os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder econômico, ao passo que as mulheres continuam, predominantemente, no espaço doméstico e atuando em atividades que são extensões daquelas realizadas no espaço doméstico. São também menos remuneradas que os homens quando no mesmo cargo e grau de instrução. Essa situação feminina em relação ao mercado de trabalho, descrita por Bourdieu, é constatada pelos estudos na área de gênero e trabalho sendo, também, verídica para o caso das mulheres chefes de família em

Gênero e Poder no Âmbito da Chefia Feminina: Uma Proposta Teórica de Análise

Mary Alves Mendes

discussão, o que não significa, porém, considerar ou afirmar um estado perpétuo de dominação masculina.

Observa-se que os fatores que evidenciam mudanças femininas são conformadas por Bourdieu num quadro geral de permanência das estruturas de dominação masculina. As relações de poder são concebidas fundamentalmente na sua forma estrutural e negativa, não só por considerar a dominação como um sistema, mas por concebê-las a partir do binômio presença-ausência, dominação-consentimento, haja vista admitir a presença de estratégias de subversão ou mudança feminina, mas afirmar que essas não colocam em cheque os princípios de poder que estruturam o campo da dominação masculina.

Esse é um aspecto problemático na referida teoria em relação à explicação das relações de gênero. O status da categoria *habitus* se estabelece diante de um quadro de fortaleza e eternização de dominação, onde se pode inferir a sua impotência no tocante ao poder de reversão das internalizações e produção de novas ações o que faz, conseqüentemente, que se lhe atribua um caráter reprodutor e/ou componente de um círculo de reprodução, onde até mesmo a autonomia aparece circunscrita a um quadro geral de reprodução.

Diante dessa concepção teórica como, então, pensar numa relação dialética e relacional de gênero visto que um dos pólos (masculino) parece constituir o poder e o outro (feminino) parece praticamente destituído de poder, considerando que as subversões femininas aparecem subsumidas num contexto geral de reprodução da dominação masculina? Se as relações de poder, encaminham-se em nível estrutural-reprodutivo, como explicar as estratégias cotidianas de mudança no contexto familiar que, muitas vezes, se apresentam como uma inversão de papéis sexuais? Tais estratégias e comportamento feminino seriam indicativos de mudanças no status da dominação masculina que vem enfraquecendo, ao longo do

tempo, através das conquistas femininas por direitos e igualdade e das novas posturas masculinas, ou seria um processo contínuo e eterno de dominação? A resposta a essas indagações parece residir no nível em que se concebe as categorias *poder* e *mudança*, ou seja, se essas se dão em nível estrutural ou agencial. A saída não seria excluir uma em detrimento da outra, mas admiti-las em ambas as instâncias.

Observa-se que apesar do esforço feito por Bourdieu no sentido de uma intermediação entre ação e estrutura, via *habitus*, e da admissão de uma dimensão simbólica do poder, suas análises parecem concentrar-se em nível mais estrutural, haja vista a explicação das desigualdades de gênero ser concebida a partir de uma estrutura de dominação, o que implica pensar as relações de poder e mudanças nas relações de gênero basicamente inscritas nessa dimensão.

Buscando uma maior flexibilidade e fluidez em termos analíticos das relações de poder no tocante a gênero, a interlocução com a noção microfísica de poder, defendida por Foucault (1997; 1995), particularmente a sua concepção positiva de poder, pode ajudar na explicação, sobretudo, no que se refere as situações de mudanças nas relações de gênero, visto que para Foucault as relações de poder se dão, também, em nível dos indivíduos²¹, e aplica-se à vida cotidiana imediata que o categoriza marcando a sua própria individualidade e identidade (Foucault, 1995). Como diz Foucault (1995: 240), é um poder que "coloca em jogo relações entre indivíduos" num "conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras". É descentralizado e funciona como estratégias imanentes às relações sociais que se dão através de correlações de forças diferentes e descontínuas.

As relações de poder, para esse teórico, não se dão somente em nível institucional e nem se apresentam, exclusivamente, como algo negativo, que só castiga e impõe limites, existe também em sua forma positiva, que

produz e transforma. Através dessa noção positiva de poder se pode analisar as relações cotidianas das mulheres chefes de família na esfera doméstica como negociações, estratégias e táticas que indicam mudanças. Permite, também, contar com a existência de graus diferenciados de poder em cada um dos gêneros em questão (feminino e masculino), mas sempre possibilitá-lo em ambos (Foucault, 1997, 1995; Louro, 1997).

Dessa forma, "não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem estar em estratégias diferentes" (Foucault, 1997: 95), o que inviabiliza a aceitação de uma polaridade fixa de presença ou ausência de poder como aquela defendida por Bourdieu, visto que a sua localização não se dá num ponto específico da estrutura social, não é uma coisa ou propriedade que se tem ou não tem, "está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares" (Foucault, 1997: 89).

Considerações Finais

Estar na situação de chefes de família, a priori pode indicar um quadro de mudanças não só no âmbito familiar, mas no comportamento feminino, se considerado a uma época, de outrora, em que as mulheres eram dependentes financeiras de seus maridos e não trabalhavam fora. No entanto, é preciso considerar que outros fatores como aqueles relacionados ao desemprego na família, separação conjugal, migração masculina, condições de pobreza, etc, também, vão compor os motivos dessa condição feminina que se constitui como um fenômeno social crescente, não só em nível nacional, mas internacional. Mediante tais pressupostos, tomar *gênero* como categoria analítica e entendê-la como constituinte das relações sociais e de poder se torna prioritário e

proficiente para a análise e compreensão da referida questão.

Pensar a chefia feminina em camadas pobres, leia-se mulheres provedoras econômicas das famílias em áreas ZEIS, a partir das categorias poder (autonomia feminina) e desigualdades (sociais, e de gênero) implica, por sua vez, considerar a análise pautada na intermediação indivíduos e contexto social, visto que ser chefe de família não se limita à condição em si, ela reporta a uma origem, trajetória e contexto de onde provêm essas mulheres que, muitas vezes, acabam influenciando a emergência e estabelecimento de tal situação. No caso específico das chefes de família, aqui investigadas, observa-se que a condição de pobreza se torna um dos elementos importantes para o desvelamento da atual situação dessas mulheres, o que significa, em outros termos, tratar das relações de poder que se dão em nível mais estrutural. Mas essa não é a única dimensão do poder que se apresenta no entendimento da condição de chefia experienciada por essas mulheres. No que diz respeito às relações de gênero no âmbito da esfera doméstica há que se ressaltar que as relações de poder são constituídas, simultaneamente, a partir de elementos de conservação, remodelação ou transformação de práticas.

A teoria de explicação da prática social, proposta por Bourdieu, se mostra útil na explicação de alguns dos pressupostos levantados para a compreensão da chefia feminina em camadas pobres, principalmente aqueles relativos às desigualdades sociais e de gênero consolidadas no *campo ou espaço social*, onde são construídos os princípios de diferenciação, distribuição dos indivíduos conforme o nível de aquisição de capital, seja econômico, social, cultural ou simbólico, de onde se depreende a existência das diferentes posições que ocupam na sociedade (pobres e ricos, analfabetos e cultos) e se constata as hierarquias, discriminações e desigualdades de gênero (homens e mulheres, divisão sexual do

Gênero e Poder
 no Âmbito da
 Chefia Feminina:
 Uma Proposta
 Teórica de Análise

Mary Alves
 Mendes

trabalho, violência doméstica) numa luta social entre dominantes e dominados.

A internalização de um habitus, via doxa e poder simbólico, que gera as práticas de dominação masculina e a corroboração das mulheres como práticas naturalizadas foram contribuições importantes de Bourdieu aos estudos de gênero. No entanto, a força e eternização atribuída pelo teórico a essas práticas de dominação, influenciada por uma concepção mais estrutural do poder, acabam por constituir-se em limites da referida teoria no que se refere à explicação e compreensão das relações de gênero, no sentido de um não reconhecimento das mudanças no status da dominação masculina e da ênfase dada à dimensão relativa às permanências e desigualdades nas relações de gênero, um processo que, ao contrário, se sabe contínuo de mudanças não só em relação às práticas femininas, mas às práticas masculinas.

Apesar de conceder ao habitus o poder de criar ou produzir novas ações, essa concessão parece se apresentar, em Bourdieu, na forma de potencialidade latente, visto que as referidas ações proporcionadas pelo habitus se constituem dentro dos limites de exigências e pressões das condições objetivas, implicando, assim, pequenas evidências de mudanças. Uma maior mobilidade e poder atribuído ao habitus, no que se refere ao enfrentamento desse diante das condições objetivas, tornaria mais flexível às percepções de mudança no tocante às relações de gênero e ao status da dominação masculina.

Acredita-se como Almeida (1997) que as mudanças e (re) significações de práticas e valores estão se dando na própria dimensão simbólica do poder e começam em nível das relações pessoais, retroalimentadas pelas mudanças estruturais e vice-versa. Aonde opera a dominação masculina opera, também, a mudança feminina. Como uma relação dinâmica que é, não cabe conceber uma fixidez e essência em torno de um fazer e/ou ser masculino e feminino e nem a existência de um quadro de eternização da dominação masculina.

Se pode falar de permanências e mudanças que se apresentam de forma simultânea no quadro geral das relações de gênero que para uns se trata de uma "permanência e revolução do feminino" (Lipovetsky, 2000) e para outros uma ampliação de identidade (Rocha-Coutinho, 1994). A presença de valores e comportamentos tradicionais e modernos coexistindo a um só tempo nas práticas femininas pode ser vista como reflexos das incorporações advindas do processo de socialização e como estratégias de (re) adaptação e remediação frente a novas situações e experiências vividas como, por exemplo, a chefia feminina.

Essa ambiguidade e ambivalência em termos das práticas, valores e comportamento feminino que podem ser encontrados no cotidiano da esfera doméstica não deve ser considerada como aceitação ou submissão das mulheres perante um quadro de dominação masculina, mas como uma forma de processamento das mudanças, sem transformações radicais e nem grandes rupturas. Desse modo, pode-se dizer que, em geral, o poder feminino ocorre atuando de maneira dispersa e silenciosa nos meandros da esfera doméstica, evitando confrontos diretos e buscando a harmonia e diálogo, o que constitui um meio eficaz de atingir uma posição feminina autoritária e forte, sem desafiar a autoridade publicamente reconhecida do outro (Romanelli, 1995; Rocha-Coutinho, 1994).

Tanto as práticas femininas que evidenciam mudanças sutis e convivem com práticas tradicionais, quanto às mudanças de teor mais radical que se configuram numa inversão de papéis na esfera doméstica, são ambas significativas como elementos gerais de mudanças no quadro das relações de gênero que vem ocorrendo ao longo do tempo. Desapercebida e/ou não priorizada por Bourdieu, procurou-se ressaltar aqui que essa dimensão da mudança pode ser explicada de forma mais incisiva, em termos analíticos, através da noção microfísica das relações de poder em Foucault que além de

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

pensá-la em nível dos indivíduos a admite, também, na sua forma positiva indicando a produção, transformação e negociação de práticas e não só sujeição e punição. É nesse emaranhado complexo de contradições,

paradoxos, ambigüidades, permanências e mudanças que se entende processar uma análise mais ampla da condição das mulheres de chefes de família ou responsáveis pelos domicílios em camadas pobres.

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

Notas

¹ Giraldo (1994), mostra a influência que as mulheres tiveram nas principais mudanças socioeconômicas ocorridas no séc. XIX e XX. Ressalta o movimento feminista como colaborador dessas mudanças, tanto em relação aos estudos teóricos quanto em relação às intervenções nas políticas públicas. Outros estudos revelam que dentre as mudanças mais gerais observadas nas duas últimas décadas, seja em nível internacional ou nacional, encontra-se a expansão da escolaridade feminina, queda na taxa de fecundidade, aumento do número de divórcios, crescimento dos domicílios unipessoais e aumento do número de domicílios chefiados por mulheres (Castells, 1999; Giddens, 1999; Bruschini, 2000; Borges e Guimarães, 2000; Montali, 1998; Berquó, 2002; Butto, 1998; Carvalho, 1998).

² São áreas popularmente conhecidas como favelas, situadas no bairro da Várzea, na cidade do Recife-Pe, situada no nordeste brasileiro. O termo mulheres chefes de família, aqui empregado, está significando as mulheres que provêm economicamente a família através do seu trabalho, com ou sem companheiro no domicílio.

³ Em primeiro lugar encontra-se Porto Alegre com 38,2%, em segundo lugar Salvador com 37,5%.

⁴ 91,4% dos domicílios chefiados por mulheres encontram-se em áreas urbanas e apenas 8,6% estão em áreas rurais (IBGE, 2002).

⁵ O crescimento do modelo monoparental é mais evidente no estágio inicial da trajetória familiar. Em Recife, quase um terço das crianças na primeira infância vivem em domicílios de responsabilidade feminina (IBGE, 2002).

⁶ A Região Sul se destaca com a maior proporção de mulheres alfabetizadas do país, com 92,4% contra 77,7% das mulheres do Nordeste.

⁷ O IBGE (2002), no entanto, atesta que essa diferença entre os rendimentos masculinos e femininos tem diminuído no período de 1991/2000.

⁸ Esse termo é usado tanto para significar um processo coletivo de poder feminino, a exemplo da participação em movimentos sociais, como a presença de poder feminino em nível das relações familiares. Em geral, empoderar-se significa adquirir o controle da própria vida, lograr habilidades de fazer coisas e de definir as próprias agendas. Para maiores detalhes ver Léon (2000) que descreve sobre o estado da arte em empoderamento feminino.

Atividades, em geral, não remuneradas e não valorizadas no contexto da produção de mercado.

¹⁰ Giddens (2003, 1991), em sua "teoria da estruturação", propôs a interlocução entre agência e estrutura através do que denominou de "dualidade da estrutura", onde os indivíduos através de uma espécie de retroalimentação em suas próprias práticas adquirem a capacidade reflexiva que fazem deles não só atores autoconscientes, mas respon-

sáveis pelo controle de suas ações e condições estruturais. No entanto, o alto poder de reversão concedido ao indivíduo, através da reflexividade, fragiliza a explicação da questão em discussão, não só em termos das permanências das desigualdades (sociais e de gênero), mas do poder que tem as estruturas sociais em tais dimensões, visto que em Giddens o indivíduo parece subsumi-las através da consciência discursiva que sendo reflexiva proporciona a racionalização da ação e mudanças constantes no comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, nas estruturas. Um quadro não tão fácil de se evidenciar quando se considera os indivíduos e suas relações se dando num contexto de extrema vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso das chefes de família em áreas ZEIS, onde a "estrutura" se mostra influente em relação a trajetória, condições de vida, comportamento e atitudes dessas mulheres. Habermas (1999), também, em sua "teoria da ação comunicativa" propôs a interação entre "sistemas sociais" e "mundoda vida" através da ação comunicativa que implicaria a construção consensual de normas e objetivos comuns visando uma situação universal de interesses diversos instaurados dialogicamente. Embora se concorde com esse autor que o sujeito é estruturado interativamente no mundo da vida através do processo de socialização, a proposta de um consenso universal de interesses coloca algumas dificuldades explicativas junto à abordagem de gênero, aqui empregada, que considera as "identidades" constituídas num contexto amplo de diferenças e diversidades, além do que a concepção evolucionista de sociedade e a separação rígida entre "sistema" e "mundo da vida" se apresentam na contra mão dessa abordagem.

¹¹ Apesar dos escritos feministas aparecerem como pioneiros no que diz respeito a um tipo de análise social, esses não figuram nos anais da história da sociologia, o que evidencia a permanência de uma visão androcêntrica de ciência e, conseqüentemente, a marginalização das mulheres como pensadoras ou cientistas.

¹² As desigualdades de gênero foram, ainda, explicadas pelas feministas através da teoria psicanalítica, seja mostrando a influência da experiência concreta sobre a formação das identidades de gênero (teoria anglo-americana das relações de objeto) ou enfatizando o papel da linguagem nas representações e identidade de gênero (teoria francesa pós-estruturalista). Para maiores detalhes ver Scott (1989).

¹³ A utilização do termo nas ciências sociais, embora com uso diferente da atualidade, não é algo recente. Em 1955 Money o utilizou como "papéis de gênero", significando atividades atribuídas a homens e mulheres, e em 1968 Stoller fez uso desse ao estabelecer a diferença entre sexo e gênero. Sexo como uma categoria biológica e gênero como uma categoria cultural (Almeida, 1997). Mas o sentido usado atualmente tem raízes nos escritos de Simone de Beauvoir (1980) ao afirmar que não se nasce, mas torna-se mulher. Numa linha mais recente,

na década de 70, considerada precursora do conceito de gênero nas discussões acadêmicas das ciências sociais apareceu Gayle Rubin apresentando o sistema sexo/gênero como um sistema de relações sociais que transformava a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. No começo da década de 80 Michelle Rosaldo defendeu que as assimetrias sexuais tinham um caráter social e que o gênero, portanto, deve ser concebido como produto das relações sociais e não como diferenças biológicas. Sugeriu, ainda, que as raízes das desigualdades de gênero estariam na divisão institucional entre as esferas público/doméstico. Bem mais recentemente, final da década de 80, Joan Scott (1989) implantou o significado de gênero hoje utilizado pelas ciências sociais, ou seja, gênero como constitutivo das relações sociais e como relações de poder.

¹⁴ Tomando como referência às teorias clássicas da sociologia, duas grandes concepções da divisão sexual do trabalho se apresentam (Hirata, 2002). A primeira remete a uma visão mais funcionalista (Durkheim, Parsons), que opera em termos de "vínculo social", através de conteúdos conceituais relativos a solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de papéis. A segunda remete a uma visão mais marxista e que opera em termos de relações antagonicas, através dos conteúdos conceituais relativos às relações de contradição, oposição, dominação, opressão e poder (Hirata, 2002). Operacionalizando tais visões nas práticas cotidianas das chefes de família, em discussão, observa-se que essas não parecem operar sempre em suas formas puras e estanques, haja vista se encontrar uma mescla de atitudes e comportamentos que

reportam a traços de complementaridade e de dominação numa mesma situação, ao que é preferível atribuir certa relatividade à análise quando se trata das práticas de gênero que apresentam-se bem mais complexas do que os esquemas em que podem ser inseridas.

¹⁵ Ver Giddens 1999, 1993; Goldani, 1994.

¹⁶ Ver Castells, 1999; Ramalho, 2002; Sen, 2000; Giddens, 2000; Nussbaum & Sen, 1996.

¹⁷ Ver Saffioti, 1992; Lobo, 1992; Antunes, 2001; Bruschini, 2000, 1994; Delgado, Cappellin, Soares, 2000; Abramo, 2000; Hirata, 2002; Kee, 1982.

¹⁸ Ver Mendes (2000); Pinto (1992).

¹⁹ Ver Barroso, 1978; Berquó, 2002; Castro, 1990; Montali, 1998; Macêdo, 2001; Carvalho, 1998; Scott, 2001; Mendes, 2002; IBGE, 2002.

²⁰ Falas de mulheres chefes de família comentando sobre suas trajetórias e condições de vida atual.

²¹ Foucault (1995) faz uma crítica à concepção institucional de poder a que chama de jurídico-discursiva afirmando ser esta reducionista, uma vez que engloba somente o poder estrutural, o poder enquanto lei soberana, aquele instituído pelos elementos de interdição (proibição, sujeição e submissão). Esta interpretação (jurídico-discursiva) limitada do poder acaba, segundo Foucault, por encobrir o reflexo das ações subjetivas dos sujeitos e das micro relações sociais.

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

Bibliografia

- ABRAMO, Laís. A Situação da Mulher Latino-Americana. In: DELGADO, Didice G., CAPPELLIN, Paola, SOARES, Vera (orgs). *Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva, SORJ, Bila (orgs.) *O Trabalho Invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. RJ: Rio Fundo Editora, 1993.
- ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. *Pierre Bourdieu e o Gênero*. Possibilidades e Críticas. Série Estudos, 94. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.
- ANTHIAS, Floya. *Rethinking social divisions: some notes towards a theoretical framework Sociological Review* 46, 3, August p: 511-535, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4ª edição, São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1, Campos do Jordão, 1978. *Anais...* Campos do Jordão: ABEP, v. 1, 1978. CD-ROM.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. vol I e II.
- BERQUÓ, Elza. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In.: BRUSCHINI, Cristina. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BILAC, Elizabete Dória. Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. v. 11, n.2, jul./dez., 1994.
- BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In.: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Ensaio sobre a África do Norte. In.: *Textos Didáticos*. Campinas: IFCH/ UNICAMP. nº 46. fev. 2002.
- _____. *A Dominação Masculina*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- _____. Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b.
- _____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *O Poder Simbólico*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- _____. *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais - Renato Ortiz (Org.). 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1994.
- _____ & EAGLETON, Terry. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In.: ZIZEK, Slavoj (org). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BUTTO, Andréa. Gênero, Família e Trabalho. In.: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau. (orgs). *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARVALHO, Luiza M.S. Santos. A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar. In.: *Revista Estudos Feministas*. RJ: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, vol.6 nº 1/98.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Mary Garcia. Mulheres Chefes de Família, Esposas e Filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). Caxambu: ABEP, 1990, Volume II.
- DE BARBIERI, Teresita. *Sobre lá Categoría de Género – Una Introducción Teórico-Metodológica*. Isis Internacional. Fin de Siglo: Género y Cambio Civilizatório, Ediciones de las Mujeres, nº 17, 1992.
- DELGADO, Didice G., CAPPELLIN, Paola, SOARES, Vera (orgs). *Mulher e Trabalho:*

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FONSECA, Cláudia. Uma Genealogia do Gênero. In.: SCOTT, Russell Parry (org.) *Pesquisando Gênero e Família*. Revista de Antropologia. Série Família e Gênero vol.1, n.º 2. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Editora Universitária, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1997.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1995.

_____. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A Terceira Via: reflexões sobre impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. In.: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. n.º 91

GOMÁRIZ, Enrique. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. ISIS Internacional – Ediciones de las mujeres, n. 17, 83-110, 1992.

GIRALDO, Fernando Urrea. La Categoría de Gênero en las Ciencias Sociales Contemporáneas. In.: *Discurso, Gênero y Mujer*. CASTELLANOS, Gabriela, ACCORSI, Simone, VELASCO, Gloria.

(compilación). Editorial Facultad de Humanidades. Centro de Género, Mujer y Sociedad. La Manzana de la Discordia. Santiago de Cali. Diciembre de 1994.

HABERMAS, J. Teoría de la Acción Comunicativa. Madrid. Taurus, 1999.

HARAWAY, Donna. Simians, cyborgs and women – the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991. Capítulo 7 (Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra).

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In.: *Revista Estudos Feministas*. RJ: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, v.1, n.º 1, 1993.

HARDING, Sandra. Feminism, Science and the Anti-Enlightenment Critiques. In: NICHOLSON, L. (Ed.). *Feminism/Postmodernism*. New York/London: Routledge, p. 83-106, 1990.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In.: MARUANI, Margaret & HIRATA, Helena. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? São Paulo: Boitempo Editorial, 2002*.

HIRATA, Helena. Reorganização da Produção e Transformações do Trabalho: uma nova divisão sexual? Seminário Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. Fundação Carlos Chagas, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil. 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

KEE, Alice Mc. *La Feminización de la Pobreza*. Leviatan, Revista de Hechos e Ideas, Madrid: n.º 10, 1982.

LEÓN, Magdalena. Empoderamento: relaciones de las mujeres con el poder. In.: *Revista Estudos Feministas*. RJ: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, n.º 2, 2000.

LENGERMANN, Patricia Madoo, NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoría Feminista Contemporánea. In.: RITZER, George. *Teoría Sociológica*

Gênero e Poder no Âmbito da Chefia Feminina: Uma Proposta Teórica de Análise

 Mary Alves Mendes

Contemporanea. 3ª edição: Mc Graw-Hill, Interamerica, Espâna, S.A. 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Terceira Mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOBO, Elizabete Souza. O Trabalho como Linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 2ª ed. – Petrópolis, Vozes, 1997.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Céli Regina. *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2001.

MARTINS, Carlos Benedito. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. In.: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 62, março de 2002.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e a autonomia. In.: Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia: IFITE/G, v. 12, nº6, nov./dez, 2002.

_____. *Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero*. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2000.

MIGUEL, Ana de. *Feminismos*. Em.: AMOROS, Celia (coord). 10 palavras chave sobre mujer, Navarra, Eud, 1995.

MONTALI, Lilia. *Trabalho e Família sob a Reestruturação Produtiva*. Caxambu: ABEP- Associação Brasileira de Estudos Populacionais, X Encontro, 1998.

NUSSBAUM, Martha & SEN, Amartya. *La Calidad de Vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ORTIZ, Renato. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. In.: *Pierre Bourdieu*. Renato Ortiz (Org.). 2ª ed., Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1994.

PARSONS, Talcoltt. *Ensayos de teoria sociológica*. Editorial Paidós, Buenos Aires, 1954.

PINTO, Celi. Movimentos Sociais: Espaço Privilegiado da Mulher Enquanto Sujeito Político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs).

Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero em perspectiva*. Cadernos Pagu, 11, 141-155, Campinas, 1998.

POCHMANN, Marcio. *O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

RAGO, Margareth. E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo. In.: SCAVONE, Lucila. *Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural*. Revista Horizontes Antropológicos, 1994.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife, SOS/ CORPO, 1989.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SCOTT, Joan W. *Acidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. "Entrevista com Joan Wallach Scott". In.: GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza & RIAL, Carmem (orgs) – Ponto de vista. *Revista Estudos Feministas*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, 1998.

_____. História das Mulheres. In.: BURKE, Peter (org) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1991.

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes

_____. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Recife, SOS/CORPO, 1989.

SCOTT, Russell Parry. *Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas*. III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas. Itu, 13-16 de março de 2001.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Itinerários transversos: gênero e o campo das organizações não-

governamentais no Brasil. In.: ALMEIDA, Heloisa Buarque (coord); COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia; SOUZA, Érica Renata de. *Gênero em matizes*. Bragança Paulista. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002.

STREY, Marlene Neves. A Mulher, seu Trabalho, sua Família e os Conflitos. In.: STREY, Marlene Neves (org.) *Mulher, estudos de gênero*. RS: Editora UNISINOS, 1997.

Gênero e Poder
no Âmbito da
Chefia Feminina:
Uma Proposta
Teórica de Análise

Mary Alves
Mendes